

Reforma Tributária em 2012 - Marcos Cintra

Revista Siderurgia Brasil

Março de 2012

REFORMA TRIBUTÁRIA EM 2012

O debate sobre reforma tributária, que deve ser retomado no Congresso este ano, deve procurar uma alternativa para o atual emaranhado tributário que onera as empresas e os trabalhadores brasileiros.

Marcos Cintra*

No final de 2011, o presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados (CFT), o petista Cláudio Puty, afirmou que "a reforma tributária é um tema estratégico em 2012". Disse ainda que "nosso sistema é perverso e precisa ser modificado para que seja justo e democrático". Cogita-se que a bancada do PT estaria preparando um projeto para ser apresentado no início deste ano.

Quando assumiu a comissão no ano passado, Cláudio Puty enfatizou a necessidade de ampliar a base de arrecadação de impostos e destacou duas propostas: a que cria o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) e a do Imposto Único sobre a movimentação financeira. Em relação ao IVA, Puty ressaltou que a proposta "ao fundir várias contribuições sobre o valor agregado, simplifica o sistema tributário". Quanto ao Imposto Único, declarou se tratar de uma "boa iniciativa" e que "esse tipo de imposto tem a vantagem de ser democrático e progressivo, além de permitir que a Receita Federal exerça um controle sobre as informações, que de outra maneira, não seria possível realizar, principalmente sobre a evasão de divisas e lavagem de dinheiro".

Em termos de sua afirmação sobre o IVA, a medida simplificaria um pouco a caótica estrutura de impostos por conta da unificação de alguns impostos. Criaria, porém, um tributo com alíquota

No tocante ao Imposto Único sobre a movimentação financeira, cumpre dizer que se trata de um tributo proporcional. Ou seja, o contribuinte que movimenta maior volume de recursos pagaria mais em relação ao cidadão que transaciona um montante menor de dinheiro em sua conta corrente bancária. Quanto à declaração de que o Imposto Único é democrático, o presidente da CFT tem razão, uma vez que todos pagariam e, por isso, todos poderiam ter uma carga tributária menor relativamente ao que ocorre hoje. Através desse projeto, a base de arrecadação seria ampliada, a cobrança de impostos seria automática quando o correntista movimentasse sua conta bancária e o sistema teria uma simplificação ampla e profunda com o fim de vários tributos e de inúmeras guias e declarações.

A unificação de tributos sobre a movimentação financeira é a ação mais eficaz para conter a evasão de impostos que impregna o sistema brasileiro. Essa delinquência tributária é a principal causa que leva a uma situação injusta, em que o fisco tem que compensar a fuga de tributos provocada pelos sonegadores através da cobrança de um imposto adicional sobre os assalariados com carteira assinada e sobre o consumo.

Os benefícios do Imposto Único são infinitamente superiores à diminuta simplificação do IVA. Seria oportuno que neste ano a CFT confrontasse os

elevada incidindo sobre uma base declaratória, como é o caso do valor agregado, o que favoreceria a evasão tributária. Com uma reforma tributária nos moldes da proposta do IVA, a base de arrecadação continuaria restrita, o ônus se manteria concentrado e a competitividade do setor produtivo permaneceria comprometida por conta da manutenção de um sistema de custo elevado. Os aspectos negativos do projeto se sobressaem sobre os benefícios da simplificação.

Foto: Divulgação



dois projetos através de debates que reunissem defensores das duas propostas.

****Marcos Cintra** é doutor em Economia pela Universidade Harvard (EUA), professor titular e vice-presidente da Fundação Getúlio Vargas. ■*

www.marcoscindra.org
mcindra@marcoscindra.org